

Pressupostos Empiristas na Sociologia de Durkheim

Verusca Moss Simões dos Reis
Mestranda em Filosofia do PPGF- UFRJ

Os princípios empiristas propostos por Francis Bacon (1561-1626) no *Novum Organum*¹ e por John Stuart Mill (1806-1873) no *System of Logics*² foram muito utilizados, a partir do século XVII, na enunciação de um critério de cientificidade, ou seja, como forma de diferenciar o conhecimento científico da metafísica e das pseudociências. A ênfase dada à experiência e a observação se constituíram no substrato gnosiológico das tentativas de diferenciar o conhecimento científico da metafísica e das pseudociências³. O método considerado ‘científico’, até o início do século XX, passou a ser confundido com o conjunto de procedimentos propostos por tais autores, onde tudo gravitaria essencialmente em torno do registro acurado dos fatos e fenômenos. O processo seria coroado com a geração de teorias gerais sobre eles. Assim, o modelo metodológico para a obtenção de proposições consideradas seguras partia da observação de fenômenos singulares para tentar chegar a embasadas conclusões de caráter geral.

Influenciado pela euforia causada pelo largo avanço das ciências naturais no século XIX, o sociólogo francês Émile Durkheim⁴

¹ BACON, F. *Novum Organum*. Londres: Encyclopaedia Britannica, 1952.

² MILL, J. S. *System of logic*. Londres: Longmans Green & Co, 1949.

³ OLIVA, A. “A hegemonia da concepção empirista de ciência a partir do *Novum Organum* de F. Bacon.” In: Alberto Oliva (org.) *Epistemologia: a cientificidade em questão*. Campinas: Papirus, 1990.

⁴ Considerado um dos *founding fathers* da sociologia, Durkheim procurou desenvolver um método de pesquisa que promovesse uma explicação rigorosamente científica dos fenômenos sociais. A visão defendida por este autor foi a de que a sociedade, da mesma forma que a natureza, seria regida por leis gerais. Sendo assim, seria possível o desenvolvimento de estudos sobre a sociedade, tão científicos quanto os realizados pelas ciências naturais. É neste contexto que Durkheim vai buscar a objetividade e identidade nas análises sobre a vida social, pois acreditava que os fenômenos sociais possuiriam um caráter empírico geral, o que faria com que estes existissem independentemente da vontade individual. Portanto, Durkheim preocupou-se em especial, com a criação de um campo teórico próprio para a sociologia, que a diferenciasses das disciplinas humanísticas, particularmente da psicologia, das pseudociências e também da filosofia, a qual ele via como disciplina de pura erudição.

(1858-1917) acreditava que a ciência social, que se formava neste período, deveria se voltar para a busca de regularidades exteriores. Contudo, segundo Durkheim, a sociologia tal qual encontrava-se em sua época, não conseguia inferir proposições gerais e assertivas acerca da sociedade, conseqüentemente ele procurou desenvolver uma metodologia com o intuito de dar a esta disciplina o *status* de ciência. Atendendo assim ao chamado de Augusto Comte (1798-1857) de se criar uma metodologia de pesquisa mais confiável para a sociologia, tornando-a uma ciência empírica ao molde das naturais¹.

Segundo Durkheim, a falta de um método próprio para a sociologia possibilitava, a ocorrência de muitos erros em teorias, bem como divergências quanto aos resultados obtidos em pesquisas. Para ele esta recente disciplina até então não havia tratado os fenômenos sociais como um fato *sui generis*, ou seja, que existem independentemente da vontade individual. Assim, visando o desenvolvimento e o reconhecimento da sociologia enquanto disciplina “objetiva, específica e metódica”², Durkheim procurou desenvolver uma metodologia que possibilitasse uma melhor capacidade explicativa e preditiva dos fenômenos sociais. Em *Les Règles de la Méthode Sociologique*³ este autor buscou então estabelecer as bases empíricas para esse modelo metodológico a ser adotado por esta nova disciplina. Estava claro para ele que a escolha de um critério de cientificidade para a sociologia era algo inevitável e urgente a ser elaborado, pois ajudaria a elevar o seu *status* epistemológico ao mesmo patamar de ciências previamente estabelecidas, tais como da física e da biologia.

Nossa regra não implica, nenhuma concepção metafísica, nenhuma especulação a respeito do que há no mais profundo do ser. O que reclama o sociólogo é que se coloque num estado de espírito semelhante ao dos físicos, químicos, fisiologistas, quando se aventuram numa região ainda i-

¹ COMTE, A. *Curso de Filosofia Positiva: Discurso Sobre o Espírito Positivo*. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores, v. 33), 1973.

COMTE, A. *Comte*. Tradução de Evaristo de Moraes Filho. 3. ed. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 7), 1989.

² DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução de Maria Isaura P. de Queiroz. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. p. XX.

³ DURKHEIM, E. *Les Règles de la Méthode Sociologique*. Paris: Flammarion, 1988.

nexplorada de seu domínio científico. É necessário que, ao penetrar no mundo social, tenha ele consciência de que penetra no desconhecido; é necessário que se sinta em presença de fatos cujas leis são tão desconhecidas quanto o eram as da existência antes da constituição da biologia.¹

Durkheim acreditava que o que dava destaque às teorias proferidas pelas ciências naturais era o fato de seguirem os princípios empiristas da observação, verificação e indução. Segundo ele, para que este novo método sociológico funcionasse, seria preciso que suas teorias fossem fundamentadas na empiria, e que os fatos sociais pasassem a ser tratados como coisa, ou seja, como algo ‘exterior ao indivíduo’ e portanto passíveis de serem observados e verificados:

Só nos sentimos tentados a ultrapassar os fatos, seja quando os explicamos, seja quando dirigimos seu curso, na medida em que os julgamos irracionais. Se são inteiramente inteligíveis, então basta eles próprios à ciência e à prática: à ciência, pois não há mais motivo para, fora deles, buscar sua razão de ser; à prática, pois seu valor utilitário constitui uma destas razões de ser.

Ao tentar adotar a postura de um naturalista metodológico, Durkheim, acaba defendendo sem saber a ótica de um ‘indutivista ingênuo’, ou seja, ele confia que para alcançar proposições dignas de credibilidade científica deve não somente fincar os alicerces do conhecimento em terra firme, isto é, nos fatos da natureza, como também acredita que “a ciência começa com a observação”².

A importância epistêmica concedida a este princípio empirista, no desenvolvimento de teorias científicas, remonta ao *novum organum* baconiano. O modelo empirista inaugurado por este autor influenciou durante muito tempo o discurso metacientífico por dar importância à demarcação entre o conhecimento metafísico e o científico. Conseqüentemente, esse ideal de racionalidade demandou durante muito tempo a formação de um critério de cientificidade, que se baseava na observação e na indução³. O modelo desenvolvido por

¹ DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. Tradução de Maria Isaura P. de Queiroz. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. p. XVIII.

² CHALMERS, A. F. *O que é Ciência Afinal?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 24-35.

³ Considera-se aqui a indução por enumeração simples, de onde “passa-se a uma conclusão acerca de todos os elementos de um conjunto, partindo de premissas que se referem a alguns

Francis Bacon pretendia rechaçar a filosofia existente até então, isto é, a metafísica e a lógica aristotélica, que segundo ele eram responsáveis pela estagnação do conhecimento científico. Assim o método baconiano buscaria a obtenção do saber a respeito das leis da natureza, sendo que para isso precisaria primeiro vencer os obstáculos dos *ídolos*, ou seja, as pré-noções que são um empecilho à obtenção de um conhecimento seguro. Para Durkheim, o desafio também é o de construir um método que tire a sociologia do estado inicial de desenvolvimento que se encontrava, afastando da ciência todas as pré-noções, isto é, o ponto de vista místico que se opõe à aplicação destas regras.

Se tal se deu com as ciências naturais, com maior razão deveria acontecer também com a sociologia. Os homens não esperaram o advento da ciência social para formularem idéias sobre o direito, a moral, a família, o Estado e a própria sociedade. Ora, é sobretudo na sociologia que as prenoções, para retomar a expressão de Bacon, estão em estado de dominar os espíritos e de substituir as coisas.¹

Logo, a primeira etapa do método sociológico durheimiano dar-se-ia no sentido de estabelecer um campo objetivo próprio aquela disciplina, sendo que para isso precisaria adotar um modelo que orientado para a prática buscasse eliminar as noções vulgares ou prenoções. A partir então da eliminação das pré-noções, ou seja, do bias e pré-conceitos seria possível observar o fato social como um fenômeno empírico exterior ao indivíduo e independente de suas manifestações individuais.

Em sua obra *Le Suicide*², podemos observar claramente a tentativa de Durkheim de pragmatizar o método empírico de pesquisa social elaborado anteriormente por ele. Nesta obra, o autor tenta mostrar como este trágico acontecimento possui um caráter social, cujas origens podem ser estudadas a partir da observação deste

elementos observados naquele conjunto” SALMON, W. C. (1981) *Lógica*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 78.

¹ DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução de Maria Isaura P. de Queiroz. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. p. 16.

² DURKHEIM, E. *Le Suicide*. Paris : PUF, 1997.

fenômeno¹. Denominar o suicídio como um fenômeno social implica em demonstrar que ele não é um fenômeno psicológico e nem orgânico, o que significa dizer que ele é algo exterior ao indivíduo. Desta forma Durkheim tenta demonstrar que este fato não possui características individuais que interessem ao sociólogo, pois este deve estar atento para os fenômenos dotados de sentido coletivo. Assim, uma vez empreendida a observação do fato social, Durkheim acreditava ser possível averiguar as relações causais entre os acontecimentos, ou seja, constatar se o fator-causa apresenta-se associado ao fator-efeito. Para tal ele utilizou-se especialmente do quinto método elaborado por Mill, o das Variações Concomitantes². Durkheim também confiava ser plausível, uma vez estabelecidas as relações de causa e efeito, chegar a proposições gerais a partir da indução. Em sua obra *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*

¹ Durkheim caracterizou quatro tipos de suicídio (egoísta, altruísta, anômico e fatalista) que estão sujeitos à ação de duas forças: integração (função associativa e horizontal) e regulação (função repressiva e vertical). A variação nessas duas correntes, em forma de lei, é apontada pelo autor como sendo a responsável pela alteração nas taxas de suicídio. Assim, tal qual um newtoniano, Durkheim interpreta a lei em termos de um sistema de forças. De forma que se houver um equilíbrio entre as duas forças, não há suicídios, ou há uma taxa estável; enquanto que se há um desequilíbrio entre as duas forças, há um aumento na taxa de suicídios. A inferência da variável integração/regulação concretiza-se como a teoria explicativa durkheimiana para o suicídio e mostra que “cada sociedade está predisposta a fornecer um contingente determinado de mortos voluntários” (Cf. DURKHEIM, E. *O suicídio*. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000). Segundo Durkheim, a distribuição das taxas de suicídio com base em fatores não sociais não explica certas particularidades que podem ser observadas. Primeiramente, o fato da estabilidade da taxa ser diferente em diversas sociedades e maior nos períodos de crise. Segundo, pode-se constatar que a taxa de suicídio é menor nos países católicos do que nos protestantes. Contudo, “a despeito do pequeno número de casos, em comparação com as populações totais, os índices de suicídio, de um ano para outro, eram extraordinariamente regulares” (DURKHEIM, E. *O suicídio*. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.), muito mais regular que os índices de natalidade e mortalidade de uma dada sociedade, o que para Durkheim é indício da existência denexo causal. Na defesa da sociologia como ciência autônoma, Durkheim enxerga no fator social a causa que explicaria ao mesmo tempo a estabilidade no primeiro caso e a variação no segundo. A explicação para tal diferença na taxa é que a integração social, ou seja, o grau de solidariedade social é fraco nos países protestantes, pois nestes o individualismo é mais forte que nos católicos.

² “Um fenômeno que varia de uma certa maneira todas as vezes que um outro fenômeno varia da mesma maneira, é ou uma causa, ou um efeito desse fenômeno, ou ele está ligado por algum fato de causação”. MILL, J. S. *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*. Tradução de J. M. Coelho e P. R. Mariconda, 2ª ed. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Editora, 1979. p. 209.

¹, onde ele estuda uma religião totêmica da Austrália, fica clara sua pretensão de chegar a proposições sobre a religião em geral a partir de conclusões advindas da observação de somente um grupo em particular:

Nossa expectativa é a de que os resultados aos quais chegamos não são específicos ao totemismo e que podem nos ajudar a compreender melhor o que é a religião em geral. Objetar-se-á que uma só religião, qualquer que possa ser sua área de extensão, constitui uma base diminuta para tal indução. Não temos a intenção de menosprezar o que uma extensa verificação pode acrescentar de autoridade a uma teoria. Mas não é menos verdadeiro que quando uma lei foi provada por uma experiência bem feita, essa prova tem validade universal.²

Assim, a legitimidade da indução não viria dos testes exaustivo dos fatos observados, mas sim a partir da natureza dos fatos é “que tornamos indícios suficientes para provar uma lei geral”³. O que fundamentaria a indução como ‘generalização da experiência’, segundo os empiristas e também Durkheim, é o axioma da *uniformidade do curso da natureza*. De acordo com este pressuposto a natureza possuiria leis regulares e uniformes e portanto, qualquer enunciado feito a partir da observação e indução tornar-se-ia digno de irrestrita credibilidade epistemológica.

O modelo indutivo tem sido freqüentemente fonte de debates na filosofia da ciência, somente no século XX observamos o embate

¹ DURKHEIM, E. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Paris : Librairie Générale Française, 1991.

² DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo : Paulinas, 1989. p. 539.

³ *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*. Tradução de J. M. Coelho e P. R. Mariconda, 2ª ed. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Editora, 1979. p. 169.

entre *Empiristas Lógicos*¹ do Círculo de Viena², *Confirmacionistas*³, *Holistas Metodológicos*⁴, *Racionalistas Críticos*, representados por

¹ OLIVA, A. “Verificacionismo: critério de cientificidade ou crítica à ideologia?” In:

Alberto Oliva (org.) *Epistemologia: a cientificidade em questão*. Campinas: Papirus, 1990.

² Este nome foi dado a um grupo de intelectuais que se reuniram em Viena na década de 20 do século XX em torno da figura de Schilick, com dentre outras preocupações a de elaborar um critério de cientificidade alternativo ao modelo empirista, visto os seus argumentos haviam sido seriamente abatidos após a crítica de Hume. Este grupo elaborou então um critério para distinguir o conhecimento científico do pseudocientífico que foi chamado de empirismo lógico (Cf.: NEURATH, O. *A Concepção Científica de Mundo – O Círculo de Viena*. In: Cadernos de História e Filosofia da Ciência nº 10. Trad. de Fernando Pio de Almeida Fleck: São Paulo, 1986. p. 5-20). De acordo com este critério metodológico, só pode ser considerada científica a investigação cujas teorias puderem ser verificadas, ou seja, cujos enunciados puderem ser testados de modo a se recolher evidência favorável ou contrária a eles (Cf.: HEMPEL, C.G. “Problems and Changes in the Empiricist Criterion of Meaning”, in: *Revue Internationale de Philosophie*. IV. 1950. p. 41-43). Portanto, os enunciados que não forem passíveis de verificação empírica são considerados desprovidos de *sentido* e conseqüentemente não possuem significado cognitivo. Estes também podem ser tidos como enunciados emocionais sem relevância gnosiológica.

OLIVA, A. *Ciência e Sociedade: do Consenso a Revolução*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

³ À medida que foi ficando clara a impossibilidade de se alcançar a verificação completa de universais categóricos, alguns filósofos da ciência procuraram desenvolver um modelo metodológico menos rígido. Carnap e Hempel buscaram formular um critério para avaliação de enunciados mais flexível que o defendido pelo verificacionismo. Denominado de *confirmabilidade*, esse afrouxamento metodológico procurou uma forma de verificar enunciados que não excluísse a possibilidade de comprovação dos universais irrestritos tidos como muito importantes na formação de leis científicas (Cf.: CARNAP, R. “Intellectual Autobiography”. In: *The Philosophy of Rudolf Carnap*. The Library of living philosophers. Illinois: Open Court Publishing. 1978. p-56-60.

⁴ Seguindo os passos de Pierre Duhem (Cf. : DUHEM, P. *La Théorie Physique: son Objete et sa Structure*, 2ª ed. M. Rivière : Paris, 1954), Quine (1908-2000) foi o filósofo e lógico que trouxe à tona o tema do *holismo metodológico* salientando que a confirmação ou refutação (Cf.: QUINE, W.V. “On Popper’s negative methodology”. In: *The Philosophy of Karl Popper*. The Library of living philosophers. Illinois: Open Court Publishing, 1974.) não se aplica a enunciados isoladamente considerados, visto que para ele “o todo da ciência é a sua unidade de significância empírica”. Segundo ele, a ciência não tem como ser reduzida aos termos da experiência imediata e nem tampouco ter seus enunciados analisados isoladamente, uma vez que “os enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas como corpo teórico organizado” (QUINE, W. V. *From a Logical Point of View*. Nova Iorque. Harper and Row, 1963. p. 42.). Este autor criticou não só o modelo verificacionista, mas também a dicotomia existente entre enunciados analíticos e sintéticos. Para ele, não existiria essa diferença entre enunciados que dependem de comprovação empírica (sintéticos) e os que dependem somente da linguagem (analíticos) para terem julgadas as instâncias confirmadoras da verdade. Desta forma, a ciência para ele depende tanto de componentes analítico lingüísticos quanto de fatuais.

Karl Popper¹ e a vertente da *Nova Filosofia da Ciência*², onde se destacam autores como Thomas Kuhn³ e Paul Feyerabend⁴. Esse método foi muitas vezes destacado como único capaz de lidar com as *matters of fact* ou questões de fato. Isso até o filósofo escocês David Hume⁵ (1711-1776) acordar boa parte da filosofia moderna do seu ‘sono dogmático’, na medida em que passou a identificar as dificuldades de fundamentação deste tipo de inferência.

Um fato que Durkheim parece não ter levado em consideração foi a crítica que Hume empreendeu ao princípio de causalidade, ao sustentar que o conhecimento que possuímos do mundo empírico, através da relação de causa e efeito, está calcado no

¹ POPPER, K. R. *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Hutchinson, 1968.

POPPER, K. R. “The Damarcation between Science and Metaphysics”, in: *The Philosophy of Rudolf Carnap*. Illinois: The Open Court Publishing, 1978.

POPPER, K. R. *Lógica das Ciências Sociais*. Trad. de Estevão Martins. Brasília: UNB, 1978.

POPPER, K. R. *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

POPPER, K. R. *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1989.

² Somando-se aos argumentos críticos tecidos contra o empirismo, foi por volta da década 60 que surgiram teses que se propunham não mais apenas revisar o empirismo mas a abandoná-lo completamente. A *Nova Filosofia da Ciência*, assim denominada para classificar a vertente formada por autores tais como Thomas Kuhn (1922-1996) e Paul Feyerabend (1924-1994), marca uma ruptura com a *received view* marcadamente empirista. Esses autores não pouparam esforços para mostrar as principais fraquezas argumentativas do modelo empirista, tanto das vertentes verificacionistas ou confirmacionistas, e da alternativa racionalista crítica. Segundo os autores dessa corrente, os princípios do indutivismo, marca registrada do empirismo, não são metodologicamente passíveis de boa fundamentação e não são respaldados pela história da ciência.

³ KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

⁴ FEYERABEND, P. K. “How to be a good Empiricist”. In: Harold Morick (org.) *Challenges to empiricism*. California: Wadsworth Publishing Company, 1972.

FEYERABEND, P. K. *Against method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*. Londres: New Left Books, 1975.

⁵ HUME, D. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. London: Encyclopaedia Britannica, 1952.

HUME, D. *Tratado de La Natuleza Humana*. Madrid: Editorial Tecnos, 1998.

hábito ou costume. Para ele não há razões lógicas para que expliquemos a existência de um fenômeno pela sua repetição ou pela relação existente entre sua causa e seu efeito. E ainda mais, que não existem formas seguras de associarmos um efeito a uma determinada causa. Desta forma, segundo Hume, só o que viesse através da experiência seria passível de explicação racional e conseqüentemente os princípios teóricos, *a priori*, seriam derivados da psicologia humana, de condições contingentes e, portanto não levariam ao conhecimento.

A despeito do empirismo professado, Durkheim teve que recorrer, para lidar com os problemas de fundamentação da sociologia, com pressupostos que têm um inequívoco caráter filosófico. Portanto, cabemos indagar até que ponto Durkheim seguiu o próprio método empírico que tanto defendeu, uma vez que muitas de suas teses substantivas estão impregnadas de proposições filosóficas?¹ A tentativa de Durkheim de criar um método baseado na observação e na indução com o objetivo de tornar a investigação sociológica científica não resolve as principais questões epistemológicas referentes à cientificidade de uma disciplina tão complexa quanto a sociologia.

A empreitada durkheimiana de reiterar a sociologia como ciência empírica tem inúmeras conseqüências metacientíficas. Inicialmente no que se refere à definição desta disciplina enquanto ciência de observação, este autor deixou de lado importantes questões referentes ao debate epistemológico. Nesse sentido é questionável adjetivar a sociologia como ciência de observação, visto que ela envolve dupla teorização, a dos atores sociais envolvidos nos fatos sociais e as dos pesquisadores, como nos mostra Hanson:

A base estritamente empírica de uma observação somente poderia ser destacada do correspondente envoltório teórico se os observadores se restringissem às manchas coloridas que vêem, aos sons e ruídos que ouvem, ao áspero e ao suave das superfícies que tocam e ao doce ou amargo do que provam. Somente assim as propriedades da natureza

¹ OLIVA, A. *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

OLIVA, A. *À Espera da Ciência. Um Mundo de Fatos Pré-Interpretados*. In: Revista Episteme. N. 13, p17-43. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

poderiam ser distinguidas das propriedades inerentes às teorias que os observadores elaboram acerca da natureza.¹

Uma segunda conseqüência é o aparecimento de um nó epistemológico que se forma ao utilizar-se da empiria para dar validade a uma teoria. Este reside no fato de que nenhuma metodologia pode-se dizer retrato da razão científica, pois isso seria compartilhar da idéia de que existe somente UM único modelo a ser seguido.

Portanto qualificar de empírica um determinado saber serve apenas como um recurso para distinguir esta disciplina de especulativismos filosóficos, não garante por si só um critério de racionalidade científica.

Portanto concluímos que ao tentar criar um modelo metodológico espelhando-se no das ciências naturais não dá à sociologia o status de ciência, visto que os problemas de fundamentação que enfrenta são de base filosófica diferente. Logo, a questão relativa à cientificidade da sociologia está assentada principalmente nas críticas aos “dogmas” empiristas do observacionalismo e do indutivismo, tornando-a muito mais próxima da filosofia do que de uma ciência neutra e empírica.

Podemos resumir as implicações da adoção deste modelo para a sociologia nas seguintes dificuldades: a de estabelecer um objeto de estudo definido; a de construir modelos teóricos para o estudo da vida social; a de prever fenômenos a médio e longo prazo e a de testar as generalizações feitas.

Assim como nos mostra Ryan, nas ciências naturais buscamos sempre explicações para questões *factuais*, ou de *primeira ordem*, enquanto que nas ciências sociais também temos de procurar responder a questões *conceituais*, ou de *segunda-ordem*, que têm inequívocos componentes filosóficos.

No entanto muitas vezes os cientistas sociais tentam responder a essas questões recorrendo a respostas factuais, de *primeira-ordem*, ou seja, “dependem de olhar para dados, de contar,

¹ HANSON R. N. “Observação e Interpretação”. In: Sidney Morgenbesser (org.) *Filosofia da Ciência*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveria da Mota. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 128.

medir e testar; e nenhuma resposta que não possa ser defendida em termos dos resultados de tais processos tem algum valor”¹

O que torna as questões de segunda-ordem filosóficas é que não podem ser decididas recorrendo-se aos métodos conhecidos de obter os fatos. Quando perguntamos se as ciências sociais são realmente ciências, preocupamo-nos não com os fatos, mas em saber como devemos caracterizá-los, o que devemos dizer sobre eles, o que devemos ver neles. É por esta razão que tais questões são denominadas conceituais, por exigirem de nós uma explicação da coisa adequada a dizer e pensar sobre os fatos, ou, num jargão mais antigo, uma explicação de como devemos concebê-los.²

A sociologia pôde em seu desenvolvimento tentar construir suas teorias por oposição a sistemas especulativos, mas essa intenção não lhe garantiu um lugar entre as disciplinas cuja cientificidade não sofre questionamentos. Cabe-nos aqui questionar que mal há em utilizar-se da filosofia na busca de soluções para problemas, se sabemos que as ciências sociais levam a formulação de questões filosoficamente impregnadas e cheias desafios (meta)conceituais? O que ganha a sociologia, numa perspectiva como a durkheimiana, declarar-se como ‘afilosófica’.³

Nem sempre o uso de atributos filosóficos é visto como entrave ao desenvolvimento de um método científico. Até nas ciências naturais há casos em que as formulações filosóficas funcionam como ‘antecipações’ de sistemas conceituais, constituindo-se como ‘pano de fundo ideológico’ de várias teorias científicas. Além de contribuírem para a formação de teorias científicas, as reflexões filosóficas mostram-se muitas vezes como a peça fundamental na resolução do quebra-cabeça da crise de paradigmas.

¹ RYAN, A. *Filosofia das Ciências Sociais*. Trad. de Alberto Oliva e Luiz Alberto de C. Batista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 18.

² RYAN, A. *Filosofia das Ciências Sociais*. Trad. de Alberto Oliva e Luiz Alberto de C. Batista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 18.

³ O critério pragmático do sucesso preditivo não tem justificação lógica, mas sim filosófica Cf.: HESSE, M. “Theory and Value in the Social Science”, in: C. Hookway & P. Pettit (orgs.), *Action and Interpretation. Studies in the Philosophy of the Social Sciences*, Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p.4.

Em momentos assim, as questões de segunda ordem, ou seja, questões conceituais, ajudariam através da reflexão filosófica a achar uma alternativa para a crise e assim adotar um novo modelo interpretativo. Logo, a tese de que a filosofia adquire importância em momentos de crise, mostra que esta possui relevância permanente, se não teria como ser empregada quando se mostrasse útil:

...Nos períodos de crises reconhecidas os cientistas voltam-se para a análise filosófica como um meio de resolver os quebra-cabeças de sua área. Em geral, os cientistas não precisaram nem desejaram ser filósofos (...) Na medida em que o trabalho de pesquisa normal pode ser conduzido pelo uso do paradigma como modelo, as regras e pressuposições não precisam ser explicitadas (...) Não é por acaso que o advento da física newtoniana no século XVII e o da Relatividade e da Mecânica Quântica no século XX foram precedidos e acompanhados por análises filosóficas fundamentais de tradição contemporânea.¹

A sociologia está mais próxima da filosofia quando lida com questões de *segunda-ordem*. Existe, portanto, uma dificuldade nas ciências sociais de uma forma geral de se identificar qual o tipo de questão que está sendo respondida e qual a ferramenta a ser utilizada, se é factual ou conceitual. Por possuírem questões tão complexas no que tange à sua cientificidade, as ciências sociais têm seu *status* gnosiológico sempre debatido, fazendo com que num bom número de casos, possamos situar suas teorias *entre a ciência e a filosofia*.

¹ KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970. p. 150.